

Pós-verdade e pós-ciências sociais – da necessidade e da capacidade autocrítica

Abstract::

A geração mais escolarizada de sempre revela-se vulnerável à crescente irracionalidade.

Ao mesmo tempo que ocorreu a expansão da escolarização, a política elitizou-se e a comunicação social passou a dar prioridade ao entretenimento (“factos políticos”; “politicamente correcto”; tabloidização dos *media*; redes sociais; “fake news”).

A ciência, motivo de mobilização das ciências sociais, torna-se inacessível para a sociologia, embrenhada num síndrome de hiper-disciplinaridade. O ensino superior em ciências sociais tornou-se uma oferta *patchwork* da responsabilidade de cada aluno, e promove o relativismo. Nomeadamente, o relativismo a respeito do valor da ciência e dos riscos ambientais decorrentes das práticas extrativas e industriais dominantes.

O distanciamento cientificamente recomendável, como critério metodológico para melhor compreensão do mundo social, revela-se forma de alheamento entre as teorias sociais e as funções cognitivas e profissionais.

As ciências sociais parecem querer salvar-se da turbulência cognitiva e social alheando-se de assuntos candentes, tornando-se irrelevantes, passando despercebidas.

Como sugere a Sociologia Pública, neste período histórico de revivalismo do período entre guerras, urge organizar a possibilidade de debates sobre o papel das teorias sociais, para daí tirar consequências práticas, na universidade e na profissão.

Um dos departamentos de sociologia do país organizou um evento singular: um simpósio sobre teorias sociológicas organizado entre docentes e estudantes para dar conta de modos de melhorar o ensino. Durante as décadas anteriores, apesar das críticas e recomendações emergentes dos processos de avaliação, não foi possível estabelecer um diálogo entre os colegas, dentro e fora da fileira de teorias. Neste artigo far-se-á um balanço do simpósio, à luz da necessidade de organizar a auto-crítica das ciências sociais e de estabelecer estratégias de intervenção universitária e profissional.

Keywords: teoria social, democracia, ciência, ensino

Pós-verdade e pós-ciências sociais – da necessidade e da capacidade autocrítica

O que têm feito as ciências sociais para prestigiar a ciência e o conhecimento certo nas últimas décadas? De que modo as ciências sociais perspectivam a sua contribuição para as transformações institucionais e sociais em curso?

Costuma dizer-se que a moral, os conhecimentos sobre a natureza humana e o social, são incapazes de acompanhar a ciência e a tecnologia modernas. Incapazes de evitar maus usos e ajudar a ajustá-las às necessidades humanas.

De que vale resguardarmo-nos nas nossas convicções, junto dos meios sociais em que nos sentimos confortáveis, e esperar que as coisas corram pelo melhor, quando tudo desaba à nossa volta? A velha Europa, demograficamente envelhecida, dividida pelos falhanços da globalização, acompanha as ondas nacionalistas e abandona o respeito pelos direitos humanos de trabalhadores, dos imigrantes, dos refugiados, dos políticos dissidentes. As ciências sociais estão à altura das suas convicções de preservação da ordem? Estão dispostas a ignorar a desordem organizada? A ideia de que uma sociedade melhor educada, com mais escolaridade, com mais licenciados, será capaz de minimizar os seus problemas de uma forma racional e estará em condições de fazer ascender socialmente cada vez mais gente, corresponde à verdade?

Este artigo fará um excursão à meta crítica social, isto é, à crítica do estado da própria ciência social. Fará também um balanço muito superficial do estado do mundo e da necessidade sentida de impedir desastres organizados pelos estados, desorientados com os falhanços do consenso de Washington, também conhecido por globalização. Avalia o estado de ânimo dos sociólogos para assumirem a sua quota parte de responsabilidade na acção de transformação do mundo, para melhor. Dado o resultado não ser encorajador, propõe-se começar a discutir de princípio: a sociedade, o nosso objecto de estudo: ele existe mesmo ou é apenas um pretexto para justificar a existência de ciências sociais?

Na parte final, será apresentado um breve balanço do seminário dos docentes de teorias sociológicas do departamento de sociologia do ISCTE-IUL durante o ano lectivo de 2017-18.

Motivações

A vida profissional e intelectual, como a vida em geral, é feita de altos e baixos. Dos quais gostamos, por boas razões, de lembrar os primeiros e esquecer os segundos. Mas nem sempre isso é possível. Para alguns de nós, a determinada altura da vida pode deixar de ser possível manter boa vontade em relação a algo que é mais negativo do que positivo. Durkheim chamou-lhe anomia: o que inclui a criatividade, isto é, a incompetência ou incapacidade individual de se conformar com o conformismo, seja por ignorância, seja por saber bem do que é feita a ordem das coisas.

Na minha vida profissional (Dores, 2014), procurei transformar a ansiedade de não entender a que corresponderia a minha ignorância profissional numa sabedoria sobre o papel opressivo, discriminatório (Dores, 2016), da teoria social. Se todos os sociólogos, imagino, sentem o peso da profissão, a sombra dos grandes mestres, as dificuldades de estar seguro daquilo que se sabe e quer, o desenvolvimento de boa vontade positiva relativamente às ciências sociais é indispensável à consistência mínima da identidade profissional e pessoal de cada um. Porém, o reconhecimento do estado precário da ciência, incluindo a incapacidade de discutir o que seja sociedade, deve reclamar a abertura mental suficiente para colocar a hipótese de ser preferível e possível começar de outra maneira. É o que fazem as subdisciplinas e o que reclamam os que promovem a interdisciplinaridade. Mas de forma insuficiente, pois o ensino das ciências sociais não melhora e a autocrítica inexistente.

A leitura de Michael Kuhn (2016) veio clarificar quão amplo é o problema da confiança no trabalho cognitivo das ciências sociais, para lá da sociologia. E, nessa perspectiva, a vantagem cognitiva daqueles que, por qualquer razão, estejam em condições de se colocar de fora dos esforços de boa vontade em que necessariamente vivem os departamentos e escolas de sociologia e de ciências sociais. É preciso revolucionar, recomeçar a partir de fora, as próprias ciências sociais (AAVV, 2018b): retomar aspiração científica entretanto abandonada e, concomitantemente, estabelecer uma discussão generalizada centrada no conceito de sociedade.

Do estado da crítica das ciências sociais

Thomas Kuhn (1970) distinguiu a ciência normal, o modo rotineiro de fazer ciência, da ciência paradigmática, teoricamente controversa. A ideia de paradigma científico unificador, em ruptura com todo o pensamento anterior, inspirou Comte e Parsons, na sua ambição de tornar as ciências sociais em ciências. A sua concretização revelou-se impraticável. Mas ainda hoje o positivismo e o estrutural-funcionalismo mantêm o seu fascínio, mesmo para os seus detratores (Mouzelis, 1995:7).

François Lyotard (1985) anunciou uma era de híper relativismo, em que o critério do efeito imediato do desempenho (performatividade) se sobrepôs à verdade, isto é, à durabilidade e à continuidade da utilidade cognitiva dos saberes. A sensação de vazio social foi anunciada literariamente (Lipovetsky, 1983). E depois politicamente (Deer, n.d.). Tais tendências foram traduzidas e reproduzidas administrativamente, também nas ciências sociais (Lahire, 2012:319-356).

A sociologia resultou da vontade de modernização da vida intelectual, traduzida na extensão da ciência à identificação de problemas sociais, e da sua institucionalização sob a forma de ciências sociais. A sua unidade resulta dos interesses de conservação de campos de trabalho autónomos, a meio caminho entre a ciência e as humanidades. A sua dispersão corresponde à fragilidade própria de projectos cognitivos recentes (Collins, 2005) e à disponibilidade de apoios estatais para instalar um funcionalismo social (Coser, 1956:127). Tal como nos jornais, nas universidades de ciências sociais a política, a economia, a sociedade, a cultura, são secções separadas e desligadas entre si por uma hierarquização que não permite à sociologia desempenhar um papel de primeiro plano.

A sociologia pode tentar reagir, como propõe Burawoy (Braga & Burawoy, 2009), procurando ocupar mais espaço mediático e académico. O problema, porém, pode ser muito mais fundo: antes das questões do desempenho dos sociólogos na defesa da sociedade (melhor que a economia? E que a ciência política?), há que saber se a sociologia, na sua configuração actual, tem por finalidade essa defesa. Michael Kuhn (2016) explica como as ciências sociais no seu conjunto, apoiadas na sua dispersão, são sobretudo máquinas de produzir tautologias que inibem a produção de conhecimentos

sobre o social, para defesa do estado, promotor da modernidade, mesmo quando o faça à custa do bem-estar das populações.

Kuhn descreve as ciências sociais como práticas intelectuais viciadas na idealização (da sociedade) e nas afirmações críticas (sobre como deveriam ser idealmente, mas não são, a solidariedade, a ordem, a transformação, a liberdade, a igualdade, etc.). Mouzelis (1995) apresenta diagnóstico semelhante, de maneira muito diferente: a reificação e redução substituem a idealização e a crítica de Kuhn.

A separação ontológica entre sociedades e indivíduos obriga qualquer trabalho sociológico a presumir a ordem como problema (do estado) e as práticas como riscos de anomia (para o estado). Cria a necessidade de uma explicação sobre a unidade da sociedade, sob controlo, logicamente separada pela ontologia individualista. As sociedades prévias à individualização são tratadas como comunidades, pré-sociedades, espontaneamente homogêneas, em contraste com a modernidade (idealizada, reificada) a que aspiram os indivíduos (críticos, reduzidos a si próprios). Sem estado capaz de individualizar os cidadãos e separá-los dos que não têm direitos, as sociedades são chamadas comunidades.

Tal separação abre campo à tácita superioridade ontológica do estado moderno (idealizado e reificado) e cria as dúvidas sobre se a sociedade e os indivíduos existem realmente. Por isso, a sociologia e a psicologia estão incompatibilizadas. Como diz Michael Kuhn, tudo se passa como se a fonte da vida, social e individual, fosse o estado. Estado real (e realista) que tem por missão de boa vontade (crítica) manter, ao mesmo tempo, as encenações e as dúvidas sobre sociedade e indivíduos mutuamente isolados entre si, e ainda isolados da natureza e do mundo. Produtos culturais não miscíveis com a natureza. Cabe ao estado assegurar o registo de pessoas e de sociedades (recursos humanos), juntamente com o inventário da natureza, como forma de obter impostos. Impostos maximizados pela actividade privada, a economia (igualmente idealizada e criticamente reduzida).

As divisões entre sociedade e indivíduos, entre estado, sociedade e economia, como formas de dividir para reinar, são descritas pelas ciências sociais como ontológicas, naturais, eternas, inelutáveis, modernas. Tudo atributos exagerados para descrever os estados-nação (op.cit.:137/144).

Mouzelis, sociólogo, propõe conciliar as tendências disfuncionais que observa na teoria sociológica com a esperança de paulatinamente os problemas identificados se irem resolvendo. Kuhn, arquitecto, não antevê nenhuma solução que não passe, primeiro, pela denúncia enérgica, emocionada e determinada dos males que as ciências sociais têm feito ao mundo, ao mascararem o preconceito (irrealista) de ser estado-nação a fonte e a protecção das sociedades (Graeber, 2011:163).

Haverá capacidade, no campo da sociologia e da teoria social, para discutir a possibilidade de os compromissos estratégicos que permitiram a implantação de escolas de sociologia um pouco por todo o mundo, geralmente financiadas pelos estados, estarem esgotados. É admissível a requisição de um balanço controverso do que têm sido as consequências da acção das ciências sociais para a humanidade?

Do estado do mundo

Após as independências nacionais lideradas por movimentos de libertação anti-colonial, os estados nacionais cobrem hoje toda a Terra. Porém, os problemas não pararam de se agigantar. Face às mudanças climáticas e à necessidade de readaptação ao meio, a destruição das comunidades locais revela problemas novos para a adaptação da espécie humana às condições ambientais. Os trans-humanistas imaginam que o problema da desafecção da humanidade relativamente ao meio ambiente se resolverá por meios tecnológicos: a humanidade deixará atrás de si gerações de máquinas inteligentes que se multiplicarão em meios ambientes adversos à vida humana. Tais máquinas produzirão, ou não, o meio artificial indispensável para as pessoas se defenderem do ambiente inóspito na Terra. Se não nós, elas vingarão para sempre, em nome da nossa (estúpida?) inteligência.

As utopias sociais concorrentes, como o anti extrativismo (Acosta, 2013), o rendimento básico incondicional (Parijs, 1995; Torry, 2013), a democracia abolicionista (AAVV, 2013; Davis, 2005), o respeito dos estados pelos direitos humanos, a adopção de soluções inteligentes para a protecção da vida (Holmgren, 2002), a justiça restaurativa (AAVV, 2018a), a igualdade de géneros, o fim das hierarquias estruturais, entre outras, estão hoje remetidas para um limbo de insuficiência prática e dispersão dos entusiasmos que poderão um dia gerar forças anímicas transformadoras (Alberoni, 1989).

A esperança na revolução social, vivida nos anos sessenta e setenta do século XX, foi substituída pela entrega da nossa segurança a tecnologias comandadas à distância, capazes de tornar desnecessário o esforço de auto-transformação pessoal. É, pois, natural que a idade de ouro da sociologia (em que se vislumbrava o “homem novo”) tenha sido substituída por ataques políticos ao seu prestígio (*There is no such thing as society*, “Não há nada disso a que chamam sociedade”, Thatcher dixit), de que resultou a continuação do recolhimento político das ciências sociais (Coser, 1956:13-17). A economia tornou-se um instrumento de afirmação de dogmas de mercado (J. F. do Amaral, Branco, Mendonça, Pimenta, & Reis, 2008), o TINA (*there is no alternative*, “não há alternativa”), sem oposição (Marcuse, 1991); símbolo de que toda a oposição e toda a razão terem sido e continuarem a ser esmagadas, como se verificou no desastre da guerra no Iraque (D. F. do Amaral, 2003; Ramos, 2016) ou a respeito do referendo na Grécia em 2015 (Mitralias, 2015), símbolos maiores da glória da pós-verdade: mistura de mentiras de guerra e economia política de gangsters (Woodiwiss, 2005).

Com o fiasco da globalização, se tal política tinha a intenção de reforçar os centros de poder ocidentais, surgem os recuos nacionalistas nos EUA e na Europa: cada estado arma-se alegadamente para preparar a sua própria defesa perante os riscos da reemergência das aspirações imperiais próprias de outros estados-nação e também de povos em marcha à procura de melhores condições de vida.

Como durante a crise dos anos 30 do século XX, a sociedade está tolhida perante a evidente inoperância da aliança dos estados com os mercados internacionais (Burawoy, 2004). Mas quer isso dizer que cabe aos sociólogos representar a sociedade ou estimular a reacção social contra o estado e a economia (Braga & Burawoy, 2009)? Ou, ao invés, não caberá à sociologia reconhecer o beco sem saída cognitivo em que se colocou, em conjunto com as outras ciências sociais, ao reconhecer no estado a fonte ontológica (reificada, idealizada) da própria sociedade (reduzida, crítica), e organizar a sua autocrítica? Não lhe caberá estudar cientificamente as fontes originais das sociabilidades humanas, quando não havia estado-nação?

A sociologia, em vez de um instrumento de promoção da igualdade e da liberdade, pode ter-se tornado um sistema de apologia da modernização (Cutts, 2017). A sociologia, em vez de um programa de desenvolvimento do conhecimento científico sobre o social, pode ter-se tornado um modo de dispersar as discussões necessárias à evolução dos

conhecimentos científicos. A verdade é que se presente o descambar da situação política global para uma situação de irracionalidade equivalente àquela vivida entre guerras, com o reerguer dos nacionalismos, sem que a presença da sociologia esteja em condições de contrariar ou sequer denunciar isso mesmo.

Da vergonha

This 'businessization' of science, with its emphasis on job creation and translatability, is undermining the freedom of ideas that allows huge, often unpredictable, progress.

A. Naery (2017, 25 Julho) “Don't run biomedical science as a business”, *Nature, International weekly journal of science*

A tendência para a profissionalização (Freire, 2003) é também a redução de margem de autonomia para as profissões liberais. Os médicos, os advogados, em particular, tornam-se profissões assalariadas. E muitas outras profissões assalariadas procuram prestígio que substitua a ineficácia das estratégias sindicais, de que os enfermeiros serão, por ventura, o maior caso de sucesso em Portugal (por exemplo, reconhecido no Reino Unido). Os economistas e os psicólogos, entre as profissões das ciências sociais, também criaram as suas ordens. Os professores e os professores universitários ficaram-se pelos sindicatos.

A acção sindical dos professores universitários produziu uma carreira universitária, nos anos 80. De então para cá, as carreiras dos professores dos politécnicos e dos investigadores acompanharam a dificuldade política de estabelecer finalidades claras para os diferentes tipos de ensino superior. O salto em frente na produção de doutorados foi acompanhada pela precarização das relações de trabalho destes. A crise financeira do estado, o congelamento de carreiras, as sucessivas adaptações dos orçamentos do ensino superior às disponibilidades dos estudantes, destruiu alguma lógica que pudesse ser estável para a gestão da vida dos universitários.

O estatuto reforçado de *tenure*, porém, mantém-se com vigor de lei. A partir de certa altura das suas carreiras (para os que estão nelas integrados), o regime de provas e

avaliações continuará mas com garantias de liberdade de acção e pensamento especiais. A questão é saber se esse estatuto de independência é suficiente para assegurar liberdade de ideias capaz de promover a produção de golpes de asa cognitivos?

Ao contrário do que pode acontecer nas ciências, onde um/a jovem investigar/a pode fazer uma descoberta, nas ciências sociais só muitos anos de trabalho e maturidade permitem vingar nas hierarquias de prestígio disciplinar. Dificilmente, em ciências sociais, se encontra um resultado de investigação que seja capaz de ser reconhecido como uma descoberta. Nesta área, subtileza das interpretações dos dados são mais importantes que o conhecimento. A história das ciências é feita em torno de problemas que estão abertos por gerações e serão eventualmente resolvidos. Na história das ciências sociais o que contam são os autores, as suas opiniões e os seus sistemas complexos de interpretação da realidade social. Ou, em alternativa, as ideologias tomadas como base de entendimento daquilo que é correcto e não é correcto.

O culto da personalidade ligado às escolas de ciências sociais resulta de e promove uma rigidez de pensamento, uma subordinação do cogitar, uma estratégia defensiva colectiva, aliada a um complexo de inferioridade geral que estabelece o lugar de menor prestígio das ciências sociais junto do público e também do poder político. Dos cientistas espera-se que digam a verdade. Dos cientistas sociais espera-se que sirvam estratégias políticas a que estão associados, por via venal ou por convicção.

Tem razão Kuhn (2016) quando denuncia o relativismo dominante nas ciências sociais, em que a pretexto de se estar a ver um elefante do ponto de vista de uma formiga, todos os pontos de vista são, ao mesmo tempo, incompetentes mas eventualmente úteis para montar o puzzle. A divisão entre as dimensões clássicas das ciências sociais, usadas para separar radicalmente as disciplinas de ciência política, economia, sociologia, antropologia, psicologia, de forma incomunicável, continua-se nas miríadas de subdisciplinas de cada uma dessas ciências sociais igualmente ignorantes do trabalho e dos saberes das restantes. Na sociologia, as teorias sociológicas, às vezes também conhecidas por teorias sociais, tornaram-se não numa forma de integrar conhecimentos mas antes de discutir epistemologia: uma subdisciplina entre outras.

Depois de décadas de especialização num território cognitivamente precário e dividido por guerras de egos, qual é a probabilidade de alguma pessoa assim formada se atrever a

fazer um balanço objectivo, racional, do seu próprio percurso? Sobretudo quando os fracassos evidentes das ciências sociais podem ser mitigados por carreiras prestigiadas (as de pessoas reconhecidamente altamente qualificadas) num magma de precariedade laboral da maioria dos profissionais do social?

O que se encontra são cultos de personalidade organizados em escolas, em nome da ciência ideologicamente auto atribuída. Os estudantes de sociologia chamam teoria à escolha de um padrinho intelectual ao gosto dos professores dominantes. A sua liberdade é a de optar por produção ou recolha de dados mais ou menos qualitativos ou quantitativos, dizendo respeito a uma realidade recortada de modo tão incontroverso quanto possível, recorrendo às subdisciplinas existentes.

Como se atrevem os estudantes a pensar pela sua própria cabeça, quando podem ser acusados de trair a sua própria escola? Como é costume ensinar-se-lhes, não devem emitir opiniões (que não seja as dominantes, essas citadas q.b.) e devem manter um distanciamento físico e emocional (frequentemente cognitivo também) dos objectos de estudo. Ficam teórica e informacionalmente nas mãos dos seus avaliadores.

Colocados fora de si (ao serviço de teorias alheias) e fora das suas circunstâncias (junto de objectos de estudo desconhecidos), os estudantes de sociologia estão prontos a ser cognitivamente abusados: interiorizam um complexo de inferioridade que os predispõe a alinhar em grupos e dificilmente se permitem dispor-se a observar a realidade social e enunciar hipóteses próprias cognitivamente apropriadas.

Os estudantes e os profissionais de ciências sociais têm consciência e são chamados a atenção para não perderem de vista a sua dependência teórica perante os mestres, uns de esquerda e outros de direita, uns académicos e outros críticos. O que implica escolherem preconceituosamente os seus pontos de vista relativos e recusarem, por dever de escola, considerar pontos de vista concorrentes, com desprezo geral pela procura da verdade, tal como a ciência a produziria.

Os fechamentos sociais, escolares e profissionais, próprios da hiperespecialização sustentam-se na ignorância mútua entre disciplinas e seus praticantes, por sua vez montada sobre a vergonha de ter opinião perante a pose do guia espiritual no poder e na ausência de condições de debate e discussão com vista à produção de conhecimentos.

Existe isso a que se chama sociedade?

Uma das consequências da situação actual das ciências sociais é a ausência de discussão, por exemplo, sobre o que seja a sociedade; e a concentração de controlos ideológicos nas fronteiras das subdisciplinas e escolas.

Com cerca de 30 anos de vida, um dos mais importantes departamentos de sociologia do país assistiu durante este ano lectivo de 2017/18 a um evento singular: um simpósio de teorias sociológicas organizado entre docentes e estudantes da fileira de cadeiras de teorias, para dar conta de modos de melhorar o ensino (AAVV, 2018c). Apesar das críticas e recomendações inscritas nos sucessivos relatórios de avaliação, não foi possível antes estabelecer um diálogo entre os colegas de várias cadeiras. Os problemas levantados foram sobre as relações das teorias sociológicas com as teorias sociais, por um lado, e com as ciências, por outro lado. As relações entre as fileiras de teorias, métodos, análise de dados e laboratórios. As relações entre os cursos de sociologia e de políticas públicas com as teorias sociológicas.

Uma das principais conclusões foi que, fora da fileira de teorias, as teorias são colocadas entre parêntesis. Ou, mais exactamente, as teorias são adoptadas em função do que seja a prática dominante em cada domínio especializado; conforme seja a relação de forças entre o corpo docente. As teorias sociais e a epistemologia são excluídas das teorias sociológicas, e estas são excluídas das fileiras de métodos e das outras cadeiras do curso de sociologia, e também dos outros cursos da escola de sociologia.

Não há espaço para crítica, nem para assumir os riscos de desestabilização dos frágeis e inquestionados equilíbrios escolares. Em geral, os estudantes são estimulados pela avaliação estandardizada a exigir um serviço de qualidade, isto é, programas pré fabricados que lhes ofereçam uma medida exacta dos estudos que são necessários fazer e algum controlo sobre as notas que obtém. Perante docentes receosos de serem confrontados com o insucesso escolar (motivo primeiro que despoletou o simpósio).

Por sua conta, cada docente desenvolveu, nas últimas décadas, as suas próprias opiniões sobre o que é que se deve fazer. Em função das suas próprias ideias do que seja a sociologia, as ciências sociais e as ciências. Alegou-se a vantagem de os estudantes poderem ser testemunhas de muitas maneiras de viver a sociologia. A desvantagem é

que terão que ser eles próprios a inventar a mistura adequada de estilos de viver a sociologia que melhor lhes convenha. O resultado é que os laboratórios, fileira que deveria ajudar a fazer essas misturas, não as consegue obter: os trabalhos de mestrado e doutoramento sofrem, em geral, de um desligamento entre os capítulos teóricos, os capítulos metodológicos e a descrição do campo empírico.

As divergências entre docentes são profundas: diferentes sensibilidades ideológicas e diferentes pontos de partida cognitivos. Há quem esteja interessado em aproveitar a oportunidade para criar uma tradição de debate profissional sobre teorias no departamento, entre professores e estudantes, dentro e fora das aulas. E há quem não esteja interessado em alimentar discussões sobre opiniões e esteja antes interessado em manter o debate a nível ideológico e híper especializado, isto é, fora do âmbito científico e académico. Há quem esteja interessado em conhecer e estimular as reflexões pedagógicas e científicas dos colegas e estudantes, em liberdade, e quem prefira não questionar o *status quo* universitário de auto-isolamento.

A organização do simpósio é, evidentemente, partidária da primeira orientação. E sinaliza a emergência de uma tendência democrática de pensar e praticar a universidade, até agora ausente. Comentadores convidados de outras universidades descreveram a iniciativa do simpósio como uma inovação nacional (“de vanguarda”). O simpósio reclamou romper com o espírito de competitividade que nos faz a) temer fazer perguntas de que não sabemos as respostas (como ensinar teorias?) e b) insistir em respostas erradas a perguntas que, assim, tiramos da discussão (sociedade é a população residente dentro de fronteiras).

A transformação de uma universidade auto-isolada numa universidade aberta não se fará de um momento para o outro: devemos insistir e tornar regular a oportunidade de produzir e divulgar boas perguntas, abertas e controversas, que ficam por responder.

Até agora, evidentemente, nas aulas, a maioria dos estudantes procura aprender as respostas certas (aos olhos do professor de ocasião) a perguntas especializadas. É o que a maioria chama teoria: forma abstracta de delimitar e legitimar a acção profissional de cada um.

Para manter vivas as melhores perguntas e as melhores teorias, aquelas que não têm resposta, é preciso que os estudantes tragam as suas experiências de vida para a aprendizagem e, portanto, possam fazê-lo sem julgamentos *apriori*, nem dos docentes

nem dos colegas. Ao invés, que se criem espaços teórico-práticos para desenvolver competências de observação social produtoras de teorias metodologicamente informadas.

No final do simpósio, a maioria reconheceu a especial importância das teorias para dar consistência ao curso de sociologia. Isso, porém, não tem consequências práticas: as teorias sociais são uma, entre milhentas especializações da sociologia inscritas nas associações de sociologia. E nem sequer são das mais frequentadas.

O problema é mais geral do que a maneira como os professores organizam os currículos e as aulas. O fundo da questão é que as ciências sociais não são nem ciências nem sociais. São ciências ditas moles, cujo objecto – o social – é consagrado e mítico: a nação, a modernidade. São o resultado de uma epistemologia que ignora as suas fontes (o positivismo e o estrutural-funcionalismo), praticando-as em negação. Recusando-se a discutir filosofia e a ruptura científica que é precisa para transformar a filosofia social em ciência.

Este simpósio singular, organizado para discutir alargadamente o valor e as práticas das teorias sociais, revelou as resistências dentro do próprio curso de sociologia e dentro da escola de sociologia e políticas públicas à discussão teórica. Revelou como a sociologia actual vive do relativismo, do ilusionismo promovido pela hiperespecialização isolacionista, das surdas lutas pelo poder dentro e fora das universidades (Lahire, 2012:125; Therborn, 2006:3). O que gera a dúvida legítima sobre o seu valor cognitivo e profissional.

A ser certo este diagnóstico, a saída do beco obscurantista em que nos encontramos passa por aceitar a) que há um problema de bloqueio dos saberes sociológicos; b) criar uma longa, dolorosa, mas profícua discussão sobre o que pode ser uma ciência do social; c) reunir condições para a emergência de novas práticas sociológicas onde hoje vingam as velhas.

Quadro 1. Contraste entre ciência centrípeta, actualmente dominante, e ciência centrífuga

Ciência centrípeta	Ciência centrífuga
Respostas	Perguntas
Sebenta escolar	Leituras da experiência
Identidade profissional	Discussão existencial
Especialização	Teoria

Alheamento do social	Envolvimento no social
Subordinação	Missão
Espírito de corporativo	Espírito de cooperação
Separação teoria/métodos	Integração métodos e teorias
<i>Com crédito escolar</i>	<i>Sem crédito escolar</i>

Em resumo, há que começar de princípio: a sociedade existe e é capaz de reagir aos desafios actuais? Ou a sociedade é apenas o que resta dos sistemas de regulação da vida moderna, o mercado e o estado? A sociedade é apenas o desperdício humano produzido pelo desenvolvimento económico?

A dúvida divide as ciências sociais: a sociedade, o objecto de estudo dessas ciências, existe mesmo ou é apenas uma metáfora para nos referirmos àquilo que ultrapassa o controlo individual?

Notas finais

Face à recorrentemente anunciada possibilidade de o ocidente de voltar a resvalar para políticas irracionais e desrespeitadoras dos direitos humanos, cabe questionar o valor da esperança de que a escolarização das populações traria novas possibilidades para o tratamento racional dos problemas, em particular os problemas sociais. Para que serviu e serve a escolarização? E, nesse quadro, para que serve o estudo das ciências sociais? O facto da sociologia, em particular, ter investido tanta esperança na escolarização e na correspondente ascensão social das novas gerações implica alguma vergonha de assumir a possibilidade do fracasso do objectivo de racionalização de comportamentos?

A geração mais escolarizada de sempre revela-se vulnerável à crescente irracionalidade, evidente na política. Nas escolas de ciências sociais, o relativismo produzido pelo auto-isolamento entre os docentes e entre as disciplinas abre espaço para as lutas pelo poder disciplinar e subdisciplinar. A abertura de discussões para fins cognitivos é limitada por essa prioridade. Há dúvidas sobre a possibilidade da aplicação da ciência a respeito do social: o direito de cada um pensar sozinho passa a ser tomado como uma liberdade e a falta de condições para pensar colectivamente torna a observação da realidade relativa, dependente do ponto de vista e do espaço-tempo a tratar. A sociedade, o objecto de estudo das ciências sociais, refere-se indistintamente a coisas muito diferentes, como o conjunto dos residentes dentro de fronteiras, ou o conjunto dos nacionais dentro ou fora

de fronteiras, o conjunto da humanidade, a dimensão moderna da vida das pessoas, o conjunto destas que partilha o mesmo espaço público. Tudo se passa como todos os sociólogos de estivessem a referir à mesma coisa.

A ciência, motivo de mobilização das ciências sociais, torna-se inacessível. Embrenhadas num síndrome de híper-disciplinaridade, as ciências sociais sugerem que tudo acaba por ser uma questão de poder. Quem pode manda e sabe, como nos regimes totalitários, em que os cultos de personalidade transformaram os líderes em filósofos e artistas, à moda de Nero.

O ensino superior em ciências sociais tornou-se uma oferta *patchwork* da responsabilidade de cada aluno. Cada um escolhe a teoria que entende, como num supermercado. Como num centro de bricolage, escolhe o método que prefere. Em casa, mistura tudo. Todos promovem o relativismo. No final, para ter os melhores resultados é preferível acertar agulhas com os desejos de quem manda; na universidade e fora dela.

Referências:

- AAVV. (2013). *Transformative justice*. S. Francisco. Retrieved from <http://www.generationfive.org>
- AAVV. (2018a). Centre for Restorative Justice. Retrieved March 26, 2018, from <http://restorativejustice.org/about-us/#sthash.gcbHtrsX.dpbs>
- AAVV. (2018b). Escola para além das Ciências Sociais. Retrieved July 3, 2018, from <http://home.iscte-iul.pt/~apad/PrisoosEuropa/epscs.htm>
- AAVV. (2018c). O ensino das teorias sociológicas em debate – Simpósio da ESPP. In P. Guibentif (Ed.). Lisboa: ISCTE-IUL. Retrieved from http://cadeiras.iscte-iul.pt/TS3/ts2_lk_Simposio_2018_prog.htm
- Acosta, A. (2013). *El Buén Vivir - Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos*. Barcelona: Icaria&Antrazyt.
- Alberoni, F. (1989). *Génesis*. Lisboa: Bertrand.
- Amaral, D. F. do. (2003). *Do 11 de Setembro à crise do Iraque*. Lisboa: Bertrand.
- Amaral, J. F. do, Branco, M., Mendonça, S., Pimenta, C., & Reis, J. (2008, December 3). Ciência económica vai nua. *Público*. Lisboa. Retrieved from

- <http://www.publico.pt/opiniaojornal/a-ciencia-economica-vai-nua-286514>
- Braga, R., & Burawoy, M. (2009). *Por uma Sociologia Pública*. São Paulo: Alameda.
Retrieved from <http://sociologia.fflch.usp.br/node/460>
- Burawoy, M. (2004). For a Sociological Marxism: The Complementary Convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. *Politics & Society*, (31), 193–261. Retrieved from <http://pas.sagepub.com/content/31/2/193.full.pdf>
- Collins, R. (2005). *Sociología de las filosofías - Una teoría global del cambio intelectual* (1ª edição). Barcelona: Hacer.
- Coser, L. A. (1956). *The Functions of Social Conflict*. NY: Free Press.
- Cutts, S. (2017). *Happiness*. USA: vimeo. Retrieved from <https://vimeo.com/244405542>
- Davis, A. Y. (2005). *Abolition Democracy - beyond Empire, Prisons, and Torture*. NY: Seven Stories Press.
- Deer, B. (n.d.). Epitaph for the eighties? 'there is no such thing as society'. Retrieved March 28, 2018, from <http://briandeer.com/social/thatcher-society.htm>
- Dores, A. P. (2014). Humanização da sociologia (1) Antecedentes emocionais das razões do autor. Retrieved March 28, 2018, from <https://sociologia.hypotheses.org/38>
- Dores, A. P. (2016). A discriminação contida na teoria social. *O Comuneiro*, (23).
- Freire, J. (coord). (2003). *As Profissões em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Graeber, D. (2011). *Debt – the First 5000 Years*. NY: Melville House Publishing.
- Holmgren, D. (2002). *Permaculture: Principles and Pathways Beyond Sustainability*. Australia: Holmgren Design Services.
- Kuhn, M. (2016). *How the Social Sciences Think about the World's Social - Outline of a Critique*. Stuttgart: Ibidem. Retrieved from <https://www.kobo.com/us/pt/ebook/how-the-social-sciences-think-about-the-world-s-social-1>
- Kuhn, T. S. (1970). *La structure des révolutions scientifiques*. Paris: Flammarion.
- Lahire, B. (2012). *Monde pluriel. Penser l'unité des sciences sociales*. Paris: Seuil.
- Lipovetsky, G. (1983). *L'ère du vide : Essais sur l'individualisme contemporain*. Paris: Gallimard. Retrieved from <http://payaneto.blogspot.pt/2011/11/resumo-do-livro-era-do-vazio.html>
- Liotard, J.-F. (1985). *A Condição Pós-Moderna*. Lisboa: Gradiva.
- Marcuse, H. (1991). The New Forms of Control. In *One-Dimension Man* ([1964], pp.

- 3–20). London: Routledge & Kegan.
- Mitralias, Y. (2015). Grécia : uma capitulação portadora de ameaças mortíferas. Retrieved September 6, 2015, from <http://www.tlaxcala-int.org/article.asp?reference=15836>
- Mouzelis, N. (1995). *Sociological Theory: What Went Wrong? – diagnosis and remedies*. London: Routledge.
- Parijs, P. Van. (1995). *In Real Freedom for All: What (if anything) can justify capitalism?* Oxford: Oxford University Press.
- Ramos, G. A. (2016, July). Relatório Chilcot sobre a guerra no Iraque vê a luz do dia. *RTP*. Retrieved from http://www.rtp.pt/noticias/mundo/relatorio-chilcot-sobre-a-guerra-no-iraque-ve-a-luz-do-dia_n931696
- Therborn, G. (2006). Meaning, Mechanisms, Patterns and Forces: an Introduction. In G. Therborn (Ed.), *Inequalities of the World – New Theoretical Frameworks, Multiple empirical approaches* (pp. 1–58). London: Verso.
- Torry, M. (2013). *Money For Everyone - why we need a citizen's income*. London: Policy Press.
- Woodiwiss, M. (2005). *Gangster Capitalism: The United States and the Global Rise of Organized Crime*. London: Constable.